

## Relatório da Administração

---

### 1. Mensagem da Administração

A Cia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – Cogeh é uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, vinculada à Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Tem como missão **gerenciar os recursos hídricos do Ceará promovendo o acesso à água e contribuindo para o desenvolvimento**. Para tanto, está a frente de um sistema de gerenciamento de oferta de água superficial e subterrânea no Estado do Ceará, compreendendo os aspectos de monitoramento dos reservatórios e poços artesianos, manutenção, operação de obras hídricas e organização de usuários nas 12 Bacias Hidrográficas do Ceará. Através da informação e divulgação de dados da Cogeh, a comunidade tem se tornado cogestora dos recursos hídricos, para que possa tomar decisões coletivas negociadas, como também avaliar a política de gestão a ser implementada nas bacias hidrográficas.

O Governo do Estado do Ceará detém o controle acionário da sociedade com participação de 99,99 % do capital votante. A Companhia é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, sendo responsável pela operação, manutenção e monitoramento do que representa 98% da capacidade total de acumulação hídrica do Estado. A Cogeh auferir sua receita pela cobrança de tarifa pelo uso da água. As tarifas são estabelecidas através de Decreto do Governador do Estado, após apreciação e aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CONERH.

O Estado do Ceará possui mais de 80% do seu território inserido no semiárido e 90% do seu solo é de formação geológica cristalina o que dificulta a penetração da água no subsolo. Tem ainda como característica a irregularidade espacial e temporal das chuvas. Desde 2012, o Estado atravessa uma severa seca, sendo que em 2016 as reservas hídricas totais chegaram a menos de 10%. Nesse contexto a COGERH vem atuando de maneira alinhada com os órgãos do Sistema dos Recursos Hídricos do Estado no sentido de manter a oferta hídrica aos usuários de água do Estado. Dessa forma, a Companhia tem realizado continuamente vários investimentos com vistas a disponibilizar água para a população cearense e para o desenvolvimento do Estado. Listamos abaixo os realizados em 2017:

DESCRIÇÃO	2017 R\$	2016 R\$
Construção da adutora para captação do Maranguapinho	733.008	3.753.987
Adutoras Ministério da Integração contrapartida		2.898.941
Adutora convencional Maranguape contrapartida	879.930	2.678.597
Obra de aproveitamento do volume morto do Pacajus	729.110	2.134.758
Realocação da Estação de Bombeamento do canal do Ererê do açude Pacajus para o trecho IV do canal do eixão das águas.		1.363.019
Melhoramentos na Estação de Bombeamento do açude Castanhão		742.500
Aquisição de 02 conjuntos motobombas Estação de Bombeamento do açude Pacoti		542.909

Contratação de serviços de prospecção geofísica aplicada a hidrogeologia visando a locação de poços tubulares profundos no Estado do Ceará.		518.400
Contratação de empresa para fornecimento e construção de adutora para abastecimento das comunidades Orós e Lima Campos	556.725	341.144
Instalação de adequação da tomada d` água da Estação de Bombeamento Orós Feiticeiro		309.528
Aquisição de duas motobombas para abastecimento das comunidades ribeirinhas e do SISAR (reversão canal do trabalhador)		59.083
Bateria de poços do Pecém	6.516.499	
Adutora Silat S/A	1.312.443	
Adutora para comunidades de Roldão, Mota e Poço do Barro	1.227.707	
Reforma da sala de vídeo conferência	91.604	
Obra de recuperação no açude Jaburu I	3.605.851	
EB SHAFT Cumbuco	655.024	
Adutora Emergencial de Irauçuba	2.407.492	
<b>TOTAL</b>	<b>18.715.393</b>	<b>15.342.866</b>

Os recursos para realização dos investimentos acima listados foram oriundos principalmente da cobrança do Encargo Hídrico Emergencial, instituído inicialmente pelo Decreto nº 32.044/2016 com vigência prevista até 31/08/2017, o qual foi alterado pelo decreto nº 32.159 de 24/02/2017, sendo estes revogados pelo decreto n.º 32.305 de 11/08/2017 que manteve o Encargo Hídrico Emergencial estendendo sua vigência até enquanto perdurar a situação crítica de escassez hídrica declarada pelo Secretário de Recursos Hídricos através do ato declaratório n.º 1/2015.

## **2. Governança Corporativa**

A estrutura de governança corporativa da Cogerh atualmente é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Auditoria Interna. É presidida pelo diretor Presidente o qual administra a Companhia juntamente com as diretorias Administrativo financeira, de Operações e de Planejamento.

Com o advento da Lei 13.303/2016 a Companhia tem realizado ações para adequação à referida Lei no prazo previsto, isto é, até o final de junho de 2018. Para tanto, já está promovendo mudanças na sua estrutura com vistas a criar um setor responsável por gestão de risco, controle interno e *compliance*. Além disso, irá formar o comitê de auditoria estatutária, e demais comitês conforme prescrição da retrocitada Lei. tem programado e realizado treinamentos na área de governança corporativa. Está em andamento alteração da Lei de criação da Cogerh e reforma do estatuto social com a finalidade de adequação a Lei 13.303/2016.

### **3. Sustentabilidade**

#### **3.1 Desempenho Econômico Financeiro**

##### **3.1.1 Receita Líquida proveniente da cobrança de água bruta**

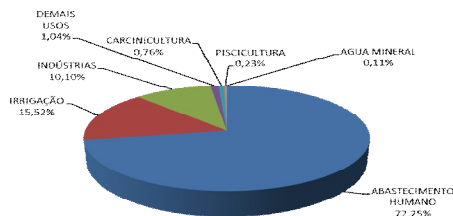
Em 2017 a Cogerh obteve uma receita líquida da atividade na ordem de R\$ 166,6 milhões e em 2016 R\$ 91,9 milhões. A Receita Bruta, ou seja, a receita antes da dedução de tributos diretos e cancelamentos, em 2017 foi de R\$ 185,1 milhões enquanto em 2016 foi de R\$ 157,7 milhões oriundos da cobrança de água bruta. Observamos assim, que a Receita Líquida da Atividade teve um crescimento de R\$ 74,7 milhões, enquanto a Receita Bruta teve um aumento de R\$ 27,4 milhões quando comparamos com o período de 2016. As variações justificam-se pelo seguinte:

- a. Desde agosto de 2016 foi instituído o Encargo Hídrico Emergencial conforme o Decreto Estadual nº 32.044/2016, porém, as faturas emitidas de setembro a dezembro foram canceladas, tendo em vista, problemas judiciais com o usuário afetado. Dessa forma Receita Líquida não ficou tão alta em 2016, por conta dos cancelamentos. Em 2017, chegou-se a um acordo judicial que viabilizou a cobrança do referido Encargo Hídrico Emergencial, sendo implementada a partir de 2017 para todas as termoeletricas.
- b. O Encargo Hídrico Emergencial aumentou em 4 vezes o valor da tarifa cobrada para as Termoeletricas o que veio a se tornar o principal motivo do aumento da Receita da Atividade.

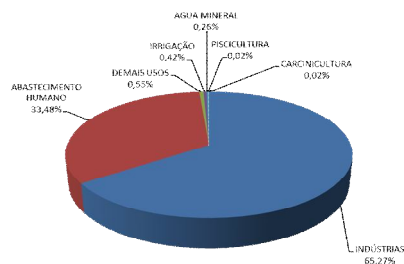
CONTA	2017	2016
<b>(=) RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE</b>	<b>185.172.199</b>	<b>157.768.955</b>
(+) Receita de Faturamento normal	122.241.984	102.766.671
(+) Receita encargo hídrico emergencial	62.930.215	55.002.285
<b>(-) PIS/COFINS</b>	<b>(16.601.580)</b>	<b>(9.572.919)</b>
<b>(-) CANCELAMENTO DE FATURAMENTO</b>	<b>(1.872.899)</b>	<b>(56.266.478)</b>
<b>(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS</b>	<b>(8.008)</b>	<b>(5.118)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE</b>	<b>166.689.712</b>	<b>91.924.439</b>

Mais de 90% do faturamento da Companhia é oriundo de usuários localizados na bacia metropolitana. Com a instituição do Encargo Hídrico Emergencial, a categoria das indústrias representa mais de 65% do faturamento da Cogerh, embora o consumo dessa categoria represente em torno de apenas 10% do volume faturado, isso se deve aos valores diferenciados de tarifas que levam em conta a capacidade de pagamento dos usuários, onde usuários de menor capacidade de pagamento são subsidiados pelos de maior capacidade, conforme gráficos abaixo:

Volume faturado por categoria de uso m<sup>3</sup>



Valor Faturado por categoria de uso R\$



O volume total faturado em 2017 foi de 593.946.953 m<sup>3</sup>. Em 2016 foi de 616.045.824 m<sup>3</sup>.

### 3.1.2 Custos e Despesas

Os custos e despesas de 2017 totalizaram R\$ 103,02 milhões, representando um aumento de 9,54% em relação a 2016. As principais variações ocorreram nos custos da atividade e nas despesas administrativas devido aos seguintes fatores:

- a. **Manutenção de estruturas hídricas:** referem-se a gastos com a manutenção de estações de bombeamento, estações elevatórias, canais, açudes e adutoras. O aumento correspondeu a 160,21% equivalente a um aumento de R\$ 3,5 milhões.
  - i. Com a persistência da seca a Companhia teve que realizar intervenções nas estações de bombeamento para cada vez bombear num nível mais baixo da água nos açudes, bem como foram introduzidas novas estruturas, principalmente, na bacia metropolitana, como EB Cumbuco, EB CIPP-Pecém e o sistema integrado de poços;
  - ii. Foram realizadas obras de manutenção em açudes aproveitando o período seco para deixá-los aptos ao período de chuvas no Estado;
- b. **Gatos com pessoal:** o aumento da quantidade de infraestruturas operadas pela Companhia requereu aumento proporcional na força de trabalho para operar as estruturas. Durante o período de 2016 foram convocados 4 (quatro) selecionados no último concurso realizado em 2013. Esse pessoal trabalhou parte do ano de 2016 enquanto trabalharam integralmente no ano de 2017. Além disso, houve necessidade de incremento na terceirização para operar e manter essas estruturas hídricas.
- c. **Gastos com depreciação:** O aumento de infraestruturas hídricas operadas pela Companhia, bem como estudo de vida útil de alguns aumentando a taxa anual de depreciação contribuíram para o aumento dessa rubrica, embora a mesma não represente desembolso no presente.

Custos e Despesas	2017	2016
<b>Custos e Despesas</b>	<b>103.015.380</b>	<b>94.046.204</b>
<b>Custo da Atividade</b>	<b>81.958.333</b>	<b>75.582.589</b>
<b>Despesas Tributárias</b>	<b>163.635</b>	<b>98.822</b>
<b>Despesas Comerciais</b>	<b>470.758</b>	<b>196.776</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>20.422.654</b>	<b>18.168.017</b>

### 3.1.3 Resultado Financeiro

Conforme quadro abaixo, a Companhia registrou um aumento de 280% no resultado financeiro de 2017 em relação ao de 2016, representando em valores absolutos o valor de 7,75 milhões.

	2017	Var. %	2016	Var. R\$
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>10.512.840</b>	<b>280%</b>	<b>2.766.187</b>	<b>7.746.653</b>
Receitas Financeiras	10.520.796	279%	2.777.194	7.743.602
(-) Despesas Financeiras	(7.956)	-28%	(11.007)	3.051

### 3.1.4 Resultado Líquido

O lucro líquido apresentado em 2017 foi decorrente, principalmente, do aumento da Receita Líquida em 81,33%, sendo bastante superior ao aumento nos custos e despesas do período que ficou em 9,54%. Além disso, Resultado financeiro apresentou um aumento de 277% em relação ao período anterior.

	2017	2016
<b>RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE</b>	<b>166.689.712</b>	<b>91.924.439</b>
Custos e Despesas	(103.015.380)	(94.046.204)
Outras Receitas Operacionais	645.724	1.836.967
Resultado Financeiro	10.512.840	2.766.187
Provisão IRPJ/CSLL	(16.997.565)	(148.314)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>57.835.330</b>	<b>2.333.075</b>

## 4. Planejamento Estratégico

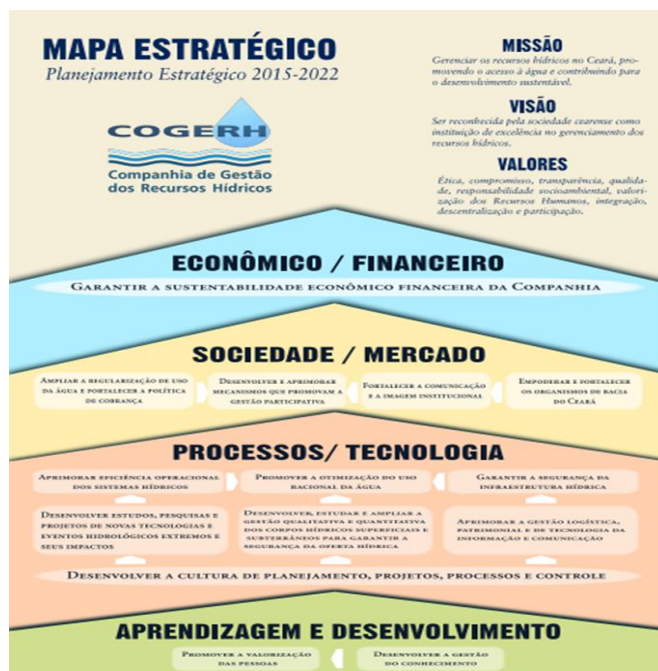
A Cogerh realizou processo de planejamento estratégico abrangendo o período de 2015 a 2022, do qual resultou revisão da sua missão, visão, valores, formulação de objetivos e projetos estratégicos. A Companhia realiza periodicamente o acompanhamento dos objetivos estratégicos através do monitoramento de indicadores estratégicos dos projetos. Dessa a identidade institucional da Companhia ficou definida da seguinte forma:

**Missão: "Gerenciar os recursos hídricos no Ceará, promovendo o acesso a água e contribuindo para o desenvolvimento sustentável".**

**A visão: "Ser reconhecida pela sociedade cearense como Instituição de excelência no gerenciamento dos Recursos Hídricos".**

Valores: “Ética, transparência, compromisso, qualidade, responsabilidade socioambiental, valorização dos recursos humanos, integração, descentralização e participação”.

Abaixo temos o mapa estratégico sob a metodologia *balance score card*:



O alcance dos objetivos estratégicos é acompanhado através de indicadores estratégicos e indicadores setoriais em fóruns de acompanhamento e gestão – FAG's realizados mensalmente. Além disso, a Companhia realiza monitoramento dos projetos estratégicos para a Companhia através de reuniões promovidas pelo escritório de projetos.

## 5. Gestão de Pessoas

A Companhia proporciona aos seus empregados benefícios como, plano de saúde, plano odontológico, gratificação de titularidade, vale refeição, auxílio educação para filhos até 24 anos de idade, auxílio creche, auxílio remédio, treinamento e tem trabalhado com vistas a oferecer aos seus colaboradores o melhor ambiente possível. Tem seu quadro de pessoal distribuído conforme apresentamos comparativamente no quadro abaixo os anos de 2015 e 2016:

SITUAÇÃO	2016	2017
Empregados Ativos	82	82
Cedidos pela COGERH a outras entidades	12	12
Empregados Licenciados sem remuneração	01	00
Cedidos à COGERH de outras entidades	03	03

Comissionados sem vínculo	19	20
Terceirizados	522	537
<b>TOTAL</b>	<b>639</b>	<b>654</b>

\* Posição em 31/12/2016 e 31/12/2017

Em 2017 a Companhia aprovou o Programa de Remuneração Variável permitindo assim, a partir de 2018 a participação dos empregados nos resultados da Companhia, nos termos da Lei 10.101/2010.

### **5.1 Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida**

Visando promover a segurança e a qualidade de vida no trabalho, no ano de 2017, a Cogeh realizou a décima Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho-SIPAT. Durante a semana, foram efetuadas diversas ações e palestras com o objetivo de promover a saúde dos colaboradores assim como prevenir as doenças laborais, além de atender à legislação no que determina, uma das ações anuais da CIPA-comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Dentre as ações realizadas, destacam-se o atendimento móvel de odontologia, serviço de massoterapia, aferição de pressão arterial, prevenção do câncer de mama, alimentação saudável, motivação laboral, exame de glicemia e campanha de vacinação interna.

Foi realizada ainda a contratação de serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho para atualização dos programas: PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) – NR 09, PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) – NR 07 que contemplam os empregados e comissionados da COGERH.

Para responder aos desafios presentes e futuros, faz-se necessário e primordial cuidar do ambiente laboral, orientado pelas diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico e nos programas exigidos por lei – PPRA e PCMSO – onde tais relatórios indicam de forma situacional, estabelecendo prazos e metas a serem cumpridos, no que se refere prevenção de riscos ambientais e controle médico de saúde ocupacional.

No referido ano, a Cogeh realizou o planejamento e a licitação para implantação do projeto denominado Viver Bem. Esse projeto tem o intuito de promover a conscientização da importância da prática de exercícios físicos que, conseqüentemente, proporcionará a integração entre as pessoas e a melhoria do clima organizacional da Companhia. As ações destinadas para este projeto foram construídas com a participação de todos os colaboradores, contemplando atividades dentro do local de trabalho e outras realizadas em locais externos visando proporcionar o contato com a natureza e prática de exercício ao ar livre. Na Companhia, será realizada a Ginástica Laboral que contempla alongamento, exercícios de relaxamento, integração e ergonomia. Será realizado ainda o Circuito de Corrida e Funcional, onde serão realizadas no espaço do Centro Administrativo do Cambéba, abrangendo três dias da semana - nas quais as atividades serão praticadas após o expediente e trabalho – e serão acompanhadas por profissional competente. O projeto contemplará ainda atividades de Voleibol e Futebol Society que também serão realizados, após o expediente laboral, uma vez por semana.

Dessa maneira, com as ações do projeto, a Cogeh visa promover a valorização e a saúde das pessoas por meio do estímulo na busca da qualidade de vida, promovendo ainda a integração e a melhoria do clima organizacional.

### **5.2 Clima Organizacional**

Desde o ano de 2016, a Cogerh tem realizado a Pesquisa de Clima Organizacional que está relacionado à percepção coletiva do ambiente laboral e que consiste na interpretação e reação positiva ou negativa quanto à imagem da Companhia, sendo um instrumento eficaz para compreender o comportamento das pessoas com relação ao ambiente de trabalho.

Os resultados obtidos na Pesquisa de Clima subsidiaram projetos, programas e ações que atuaram e atuarão na promoção da melhoria do ambiente laboral e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos colaboradores. A Pesquisa de Clima foi conduzida pela Gerência de Recursos Humanos e disponibilizada para todos os colaboradores da Companhia, os dados para a pesquisa foram coletados por meio de questionário pré-definido e os resultados podem apontar para os seguintes aspectos: Clima Ruim, Clima Razoável e Clima Bom com a escala que varia de um a cinco.

No ano de 2017, a Cogerh obteve uma pontuação média de 3,5 que consiste no Clima Razoável, tendo tido a melhoria do Clima Organizacional se comparado ao ano de 2016, no qual atingiu a pontuação de 3,3, considerado também um Clima Razoável.

A aferição do Clima Organizacional é de grande relevância para a Cogerh, pois seu resultado visa nortear ações e projetos que têm o propósito de atingir o objetivo estratégico "Promover a Valorização das Pessoas". Tal indicador, tornou-se em pouco tempo, por proporcionar ações setoriais através da aferição nas pontuações indicadas na pesquisa.

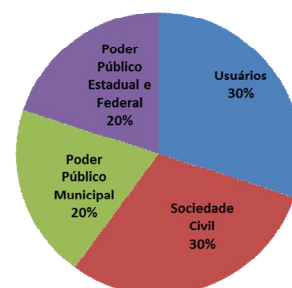
## 6. Relacionamento com a sociedade

A Companhia atua ativamente junto aos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas, além das Comissões Gestoras de açudes estratégicos, propiciando que sejam tomadas decisões deliberativas participativas e democráticas acerca do uso da água em todo o Estado do Ceará. Comitês de Bacia Hidrográfica são organismos colegiados e fazem parte do Sistema Gerenciamento dos Recursos Hídricos. As bacias hidrográficas consideradas pela Companhia para fins de administração e monitoramento são: Bacia Metropolitana, Bacia do Baixo Jaguaribe, Bacia do Médio Jaguaribe, Bacia do Alto Jaguaribe, Bacia do Salgado, Bacia do Sertão do Crateús, Bacia da Serra da Ibiapaba, Bacia do Banabuiú, Bacia do Coreaú e Bacia do Acaraú, Bacia do Litoral e Bacia do Curu. Ordinariamente os Comitês de Bacias Hidrográficas se reúnem 4 (quatro) vezes ao ano. A Cogerh é responsável pela mobilização, pela logística e assessoramento das reuniões de comitês de bacia. Para tanto, a Companhia mantém uma área dedicada exclusivamente a gestão participativa. São realizadas por ocasião do fim da quadra chuvosa as reuniões de alocação negociadas. Nessas reuniões são decididas as vazões a serem liberadas dos sistemas hídricos. Há atualmente 64 (sessenta e quatro) comissões gestoras. Abaixo segue quadro demonstrativo das reuniões ordinárias de comitês de bacias realizadas em 2017:

Reuniões de Comitês de Bacias realizadas em 2017

BACIA	Nº DE MEMBROS	Nº DE REUNIÕES	% PRESENÇA
CURU	50	3	67%
BAIXO JAGUARIBE	46	4	66%
MÉDIO JAGUARIBE	30	4	69%

Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica





BANABUIÚ	48	4	76%
ALTO JAGUARIBE	40	4	68%
SALGADO	50	4	61%
METROPOLITANAS	60	4	81%
ACARAÚ	40	4	75%
LITORAL	40	3	71%
COREAU	30	4	58%
SERTÕES DE CRATEÚS	30	3	66%
SERRA DA IBIAPABA	30	4	63%
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>45</b>	<b>68%</b>

## 7. Estrutura Tarifária

A COGERH adota diferentes categorias de uso para composição de sua matriz tarifária, com o objetivo de utilização de subsídio cruzado entre os setores usuários de forma que aqueles setores com maior capacidade de pagamento paguem um valor de tarifa maior que os usuários com capacidade de pagamento reduzida. Os usuários faturados do setor de saneamento correspondem a 33,40% do valor faturado pela COGERH e consomem o correspondente a 75,25% do volume. Outro setor que merece destaque é o setor industrial sendo responsável atualmente por 65,30%<sup>1</sup> do valor faturado e 6,62% do volume. A concentração dos percentuais nos dois setores mencionados guarda sintonia com o período de escassez hídrica onde prevalece a concentração do uso dos recursos hídricos nos setores usuários com maior prioridade de uso.

A tarifa praticada pela COGERH é autorizada pelo Governador do Estado por meio da edição de decreto. Para tanto a COGERH apresenta ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – (CONERH) uma proposta de reajuste e ou estruturação da matriz tarifária, após aprovação o CONERH publica uma resolução com os novos valores e/ou estrutura da matriz tarifária a ser implantada pela COGERH. Com a resolução publicada é enviado ao gabinete do Governador uma minuta de decreto com os valores publicados na resolução do CONERH para apreciação e publicação do decreto estadual que apresentará os novos valores e estrutura da matriz tarifária.

Em 2017 ocorreu a revisão tarifária ordinária, aplicada sobre as tarifas da COGERH representando um acréscimo linear de 15,26% a partir de 24 de fevereiro de 2017, data da publicação do decreto estadual nº. 32.160. Ainda sobre revisão tarifária da COGERH, foi publicado o decreto estadual nº. 32.422 de 14 de novembro de 2017, após aprovação pelo CONERH, que altera a estrutura da matriz tarifária com a inclusão de uma nova categoria, Serviço e comércio. Na oportunidade não foi reajustada nenhum valor existente no decreto anterior.

O estudo de reajuste tarifário apresentado ao CONERH é baseado na composição orçamentária e na previsão de receitas para o período estudado.

Essa revisão é aplicada seguindo o método dos custos médios incorridos, estando inserida nos custos incorridos a remuneração dos investimentos realizados. Por este método, entende-se que o equilíbrio econômico-financeiro da companhia consiste em uma estrutura tarifária que proporcione uma receita operacional direta

<sup>1</sup> Esse percentual inclui o valor corresponde ao Encargo Hídrico Emergencial – EHE.

equivalente aos custos dos serviços compostos das despesas de exploração, das quotas de depreciação e de amortização, da provisão para devedores, das amortizações de despesas e da remuneração dos investimentos reconhecidos.

Em função do prolongado período de estiagem, a COGERH aplica desde fevereiro de 2017 a Tarifa de Contingência na forma do Encargo Hídrico Emergencial. Essa tarifa extraordinária tem o objetivo de compensar o aumento dos custos com o gerenciamento dos recursos hídricos relativos a esse período, sendo direcionada ao setor industrial de produção termoelétrica, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).